

## **Narrativas do Tempo Histórico e Relações Étnico-raciais no ensino de História**

Giovanna Santana<sup>1</sup>  
Jéssica Lícia da Assumpção<sup>2</sup>  
Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** Para construir uma educação das relações étnico-raciais antirracistas conivente com os princípios das leis 10.639/03 e 11.645/08, segundo Petronilha Gonçalves e Silva (2005), é preciso trabalhar o teor das relações incluindo pessoas brancas, negras e indígenas no Brasil, suas culturas, identidades e cosmovisões que construíram e constroem a nação brasileira. Significa para o ensino de História não apenas estudar conteúdos referentes a tais grupos, mas também revisar as formas de se pensar e produzir conhecimentos histórico-educacionais em nossas aulas (KRENAK, 2019). Pretendemos fazer um diálogo entre as nossas pesquisas de doutorado que envolvem as questões do pensar a história, a educação e as relações étnico-raciais por meio do Carimbó (PA), da história do povo Guarani (SC) e algumas narrativas orais de professores de História. Desta forma, no ensino de História deve-se propor uma perspectiva em que o passado invada o presente a partir das permanências de memórias ancestrais de resistência, trazendo outros tempos históricos e outras formas de produzir a vida. Nesse sentido destacamos: o conhecimento e saberes indígenas, africano, afro-brasileiro; memórias e as narrativas no tempo presente; interseccionalidade e interculturalidade crítica.

**Palavras-chave:** Narrativas; Tempo Histórico; Relações Étnico-Raciais; Ensino de História.

### **Introdução**

Para construir uma Educação das Relações Étnico-Raciais conivente com os princípios das Leis 10.639 e 11.645, segundo Petronilha Gonçalves e Silva (2005), é preciso trabalhar o teor das relações entre brancos e não brancos no Brasil e a construção de identidades africanas e indígenas. Além disso, cabe reconhecer diferentes formas de vida, de mundo, de trabalho, de luta e de convivência desses povos e situar tais produções na construção da nação brasileira. Significa para o ensino de História não apenas estudar conteúdos referentes a tais grupos, mas também revisar as formas de se pensar e de se produzir conhecimentos histórico

---

<sup>1</sup> Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, com licenciatura e bacharelado em História pela mesma instituição. Cursa licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina e integra o grupo de pesquisa Pameduc-UFSC (Patrimônio, Memória e Educação).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em História, Licenciada e Bacharela em História pela UFSC e licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Faço parte da equipe do Laboratório de História Indígena (LABHIN) e do grupo de pesquisa Pameduc-UFSC (Patrimônio, Memória e Educação). Bolsista Capes.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestra em Educação, Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará e professora da educação básica efetiva da Seduc/Pará.

educacionais. Envolve, inclusive, refletir sobre as próprias noções de humanidade e de natureza que utilizamos quando refletimos historicamente em nossas aulas (KRENAK, 2019).

Contemporaneamente, presenciamos uma série de eventos traumáticos, como sucessivos desastres socioambientais, assim como violências contra as pessoas racializadas e periféricas, que acontecem em decorrência da modernidade capitalista. Em razão disso, temos uma sensação de uma modernidade repleta de acontecimentos que se sobrepõem, e com isso a permanência de um passado vivo ainda em disputa (SEFFNER; PEREIRA, 2018). Na perspectiva da História do Tempo Presente, predomina uma cultura histórica em que o futuro já não é mais visto como realização de uma promessa do passado. Neste contexto, o futuro aparece como uma ameaça ou catástrofe, repleto de inseguranças e incertezas.<sup>4</sup>

Enquanto isso, há um descompasso entre o ensino de História, que nos induz a uma narrativa linear, progressiva e tecnológica, dividida entre passado, presente e futuro na aprendizagem tanto da “História Geral” quanto da “História do Brasil”. Pereira e Seffener (2018) exploram a partir do conceito de passado vivo a construção de um currículo de História da América Latina, fundamentado na continuidade da vida dos povos latino-americanos e dos brasileiros, remetidos à ideia de colonialidade. Desta forma, no ensino de História deve-se propor uma perspectiva em que o passado invada o presente a partir da permanência dos traumas coletivos como os genocídios, as ditaduras latino-americanas, a colonização e a escravidão, e por outro lado, também a permanência de memórias ancestrais de resistência, trazendo outras experiências de tempo e outras formas de produzir a vida.

A proposta deste trabalho surge de vários questionamentos nos quais nós, enquanto pesquisadoras, nos deparamos com discussões em grupos de pesquisa, junto do orientador e colegas, que nos fazem pensar nosso papel na construção de projetos que trabalhem com histórias e narrativas do tempo presente, carregadas de uma análise profunda do que é temporalidade, do que é abordar de forma sensível a compreensão das histórias individuais e coletivas em um determinado contexto. Assim, a reflexão se concentra em como podemos elaborar essa troca de conhecimentos, diálogos e debates para construir um espaço democrático na abordagem das temáticas das relações etnicorraciais no âmbito das universidades, da educação básica e em nossos cotidianos.

---

<sup>4</sup>Por cultura histórica entende-se percepções coletivamente compartilhadas do tempo, a respeito de como determinadas sociedades organizam suas experiências e as articulam de modo temporal (HARTOG, 2013).

O texto se organiza partindo da apresentação do nosso lugar de fala na elaboração de pesquisas de doutoramento com diferentes recortes, que dialogam nas escolhas metodológicas, no referencial teórico, na utilização de narrativas e, sobretudo, na preocupação com as relações etnicorraciais (RIBEIRO, 2017). Na terceira sessão, dedicada à interculturalidade crítica, situamos nossa iniciativa enquanto grupo, juntamente com a orientação do Prof. Dr. Elison Antonio Paim, em dialogar de maneira interdisciplinar e plural com esses temas na formação de estudantes do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As experiências formativas ocorreram no primeiro semestre de 2023, com a proposta de uma oficina intitulada ‘oralituras indígenas’, ligando a literatura e a história indígena, ministrada por nós para as turmas da terceira fase da disciplina: Seminário de Pesquisa em Ensino e para a quinta fase na disciplina: Metodologia de Ensino de História.

### **Narrativas docentes e Ensino de História**

No diálogo com professores de História, identificamos como desafio recorrente para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais, a pouca presença de narrativas próprias dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas no currículo, o que faz com que persista um branqueamento da historiografia brasileira pouco problematizado. Nesse aspecto, a construção da linha temporal também perpassa uma narrativa eurocêntrica da modernidade, fundamentada na apresentação cronológica de eventos eurocentrados como determinantes para os rumos da história geral, anexando Brasil, continente africano e América Latina como complementaridades (DUSSEL, 2005).

Em uma tese de doutorado desenvolvida em 2023, junto de seis professores de História que atuam ou atuaram em espaços preparatórios para o ingresso no ensino superior, perguntamos de que modo desenvolvem os estudos relacionados à ERER em suas aulas (SANTANA, 2023). As entrevistas foram concedidas para a pesquisadora via Google Meet, durante o isolamento social da COVID-19, transcritas e armazenadas pela pesquisadora. A respeito delas destacamos o seguinte trecho:

Então, especificamente em relação à uma educação antirracista, eu não vou falar que eu fui um professor que me dediquei à uma educação antirracista, porque não é verdade né. Mesmo porque em muitas unidades que eu trabalhei, sejam os materiais didáticos, sejam os vestibulares, que eram o alvo né, não tinham essa perspectiva antirracista. Agora, eu tenho uma



imagem na minha cabeça de um cursinho lá em Piracicaba, de uma turma em Piracicaba, em que a maior parte dos meus alunos, noventa e x por cento dos estudantes eram descendentes de imigrantes europeus, assim por diante. E num dado momento, eu tive uma turma com apenas um estudante negro. E aí quando eu entrei na discussão de escravidão, porque eu gostava de fazer essa discussão, nessa turma eu achei assim muito estranho, os estudantes, todos branquinhos tanto quanto eu, olhando pro estudante negro enquanto eu estava falando de escravidão. Eu, gente, a gente está falando de escravidão, não é para olhar para ele, sabe, esperando algum tipo de reação. Pra mim, nossa, essa cena para mim não sai da minha cabeça. Parece que era a primeira vez que eles estavam discutindo isso com um aluno afrodescendente na sala. Eu não dei bola, no sentido de falar, “ou o que você tá olhando”, eu não cheguei a fazer essa mediação, mas eu achei muito, acho que a palavra é essa, é muito estranho as pessoas se incomodarem com a discussão da escravidão com a presença de um afrodescendente na sala de aula, certo. Normalmente, esse tipo de situação não acontecia, mas naquela turma, eu não sei qual ano que foi, ela está na minha memória, sabe, eu olhava assim e o pessoal ficava olhando para ele. Gente, o que que está acontecendo aqui? O que está acontecendo na cabeça dessas pessoas aqui? Nós não podemos tocar em escravidão, isso é um assunto de vestibular. Mas não é só um assunto de vestibular. Você tá falando de preconceito, de racismo, de trezentos e não sei quantos anos de escravidão de povos africanos que foram aprisionados, mas também dos indígenas né. Fazia esse movimento de tentar pensar a escravidão e seus efeitos na economia, na cultura e na sociedade (Professor Entrevistado).

No trecho, o professor compartilha seu sentimento de frustração na tentativa de abordar temas sensíveis ao ensino de História, como são a escravização de povos e as reminiscências do projeto de colonização. Nesse momento, depara-se com o racismo e preconceito presentes que se colocam como barreiras para uma abordagem crítica e responsável do conhecimento histórico em sala de aula. O educador assume a ideia de que não se pode tocar em escravidão apenas como um assunto de vestibular, como uma questão do exame ou de conteúdo curricular apenas, mas que envolve, ao mesmo tempo, associá-la aos temas como preconceito e racismo. Em outras palavras, significa falar de uma herança de privilégios da população branca e não racializada no país, gerada a partir da escravização e reconfigurada na sociedade moderna (BENTO *apud* SCHUCMAN, 2023).

Também é necessário abordar a historicidade das relações sociais e compreender como a ideia de raça é construída ao longo do tempo (MUNANGA, 2004). Lia Vainer Schucman (2023) acrescenta que cabe entender como o racismo opera socialmente em benefício das pessoas brancas ao romper com a ideia de mérito, uma vez que a posição social não está ligada ao esforço individual, mas sim a posição racial de forma interseccional com a classe e o gênero e demais marcadores sociais.



Como forma de contrastar esse quadro historiográfico moderno, Benjamin aposta nas narrativas, no compartilhamento de experiências e na rememoração. Segundo Maria João Cantinho (2015), a rememoração aparece como noção operatória para análise da experiência humana, fundamental para a construção de outras epistemologias, que desafiam a história tradicional a partir da emergência de narrativas contra-hegemônicas.

### **O carimbó é modo de viver, fazer e resistir**

*O carimbó não morreu  
Está de volta outra vez  
O carimbó nunca morre  
Quem canta o carimbó sou eu!  
Mestre Verequete<sup>5</sup>*

O carimbó vem trazendo, produzindo memórias, narrativas de experiências de tantas mestras e mestres que resistem à cultura hegemônica. Em tempos de pobreza de experiências narráveis, como enuncia Benjamin (2012), onde a modernidade insiste em automatizar a vida, retirando o potencial de quem narra e narra-se, é resistência desses batuques ancestrais que precisam continuar a entrelaçar o presente com passado, ensinando gerações, o que não produz o apagamento das experiências, mas reforçam saberes, “moldando mundos para uma vida vivível, para se acomodar nele e torná-lo digno de si próprio [grifo da autora]” - como nos alertou e nos encoraja o poeta Aimé Césaire (2006) sobre o sentido de cultura. Rememorar é preciso, escutar o que se narra das experiências vividas é preciso, também, para continuar a passar o anel, a vida vivível. Para o contar há de ter uma escuta e com ela aprendizagens.

Levado pelos batuques e cantorias de lazer e de trabalho, aos olhos da polícia imperial no final do século XIX, a prática do carimbó foi em diversas ocasiões reprimida uma vez que atentava contra a ordem de um capitalismo pós-colonial, representado por uma elite branca, cristã e europeizada que projetou a *Belle Époque* amazônica, em Belém do Pará. Nesse contexto, o carimbó foi proibido em espaços públicos e privados através da Lei municipal de Belém nº 1.028, de 5 de maio de 1880, presente no código de Posturas (COSTA, 2011). Hoje,

---

<sup>5</sup>O Mestre que se dedicou na produção do carimbó tradicional, chamado de “Pau e Corda” ou “Carimbó de Raiz” foi um grande difusor da cultura do carimbó no Brasil. Para conhecer mais tem o documentário “Chama Verequete”, disponível no YouTube. A parte um está em <https://www.youtube.com/watch?v=qV4a4JJNZPw>. Acesso em: 22 mar. 2022.

sua prática é reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em setembro de 2014, recebendo o título de Patrimônio. Dessa forma, ao longo de sua história, o carimbó atuou como cultura de resistência frente aos processos identitários da modernização capitalista que se instalou no território de Abya Yala após a invasão portuguesa.

Venho caminhando com teóricos e teóricas decoloniais que defendem a “[...] “opção decolonial” - epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Isto é, poder desmascarar mais o espelho do eurocentrismo por onde querem que nos enxerguem e acreditemos ser segundo o que ditam para sermos. É nesse caminhar que pretendo compreender/registrar as lembranças narradas por mestras e aprendizes sobre o ensinar e o aprender, a partir das práticas educativas desenvolvidas nas escolinhas de carimbó das suas respectivas comunidades organizadas e coordenadas por mulheres carimbozeiras - lugares, esses, de memória e produtores de histórias (NORA, 1993); que produzem suas pedagogias para continuar a passar o anel, os saberes e fazeres repassados de geração a geração de quem não deixa o carimbó morrer. E o carimbó sendo da cultura afro-indígena, tema do doutoramento em educação iniciado no primeiro semestre de 2023 na UFSC, requer um debate no contexto das relações etnicorraciais.

Acreditamos e defendemos que, educadores e educadoras brancas/os, somos responsáveis por uma educação que combata o racismo também nos racializando, sendo nós professoras e pesquisadoras brancas, porque é comum quando estamos elaborando alguma prática pedagógica voltada à questão da ERER “professores e professoras instantaneamente associarem tal ação a falar de pessoas indígenas ou de gente negra” (PINHEIRO, 2023, p. 25), sem questionar sobre a branquitude, a responsável historicamente pela criação do conceito de raça na modernidade europeia para hierarquizar povos desumanizando quem não é branco.

### **Educação para as Relações Étnicorraciais e as Histórias Indígenas: as práticas interculturais no ensino superior**

A educação e as práticas docentes passaram por grandes transformações ao longo dos anos, e a luta para a inclusão da história da população afro-brasileira e indígena vem sendo



constante na implementação das Leis 10.639/03 e a 11.645/2008 que tornaram obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena nas escolas privadas e públicas e que tem como intuito trazer as contribuições sociais e históricas desses povos que foram subalternizados. O ensino de História, de maneira geral, precisa de uma reconstrução dos saberes pedagógico e histórico e que tragam garantias de inclusão de histórias outras nos currículos escolares, e mais que isso, a efetivação das práticas dos professores em sala de aula.

Uma formação que não prioriza a diversidade cultural e epistêmica de professores refletirá nas práticas desses profissionais em sala de aula, a dificuldade de se trabalhar e articular o tema durante o semestre é relatado dentro das experiências nas quais, nós como pesquisadoras, percebemos entre nossas relações pessoais com professores e colegas de pós-graduação. Trabalhar com as Leis 10.639/003 e 11.645/08, não pode se limitar a uma data específica de comemoração sobre os povos indígenas ou a consciência negra, elas precisam ser constantes durante o ano letivo e articuladas com outros conteúdos, disciplinas e com atividades que possam fazer com que estudantes repensem as bases da sociedade e consigam compreender as realidades sociais, culturais, históricas e, também, entenderem o porquê das violências e racismos dos quais as populações indígena e negra sofrem diante das ausências de políticas públicas que possam garantir direitos e o combate às retiradas de direitos dessas populações subalternizadas, historicamente, neste país diverso mas desigual.

A partir dos estudos da branquitude, que a professora Lia Vainer Shucman vem desenvolvendo, e que nos pautamos, reforça nossa compreensão para a questão da racialidade que vai adentrar no imaginário e nas ações das populações que compartilham a discriminação racial, sendo, portanto, necessário compreender e trazer para o debate a fim de buscar soluções. Segundo Djamila Ribeiro, “O processo envolve uma revisão crítica profunda de nossa percepção de si e do mundo. Implica perceber que mesmo quem busca ativamente a consciência racial já compactou com violência contra grupos oprimidos”. A autora afirma que no debate sobre o racismo no Brasil, precisamos entrar na questão estrutural, olhar para a perspectiva histórica e pensar nas relações de quem não teve o acesso e nem os direitos básicos garantidos. Para isso algumas atitudes podem ajudar as futuras gerações ao apresentar livros com personagens e intelectuais negros(as) e indígenas quebrando estereótipos, valorizando suas existências, referenciando positivamente as populações existentes em nosso país com intuito de conhecer as histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas e suas



subjetividade, para romper com a hierarquização que as pessoas brancas se valem. São nas ações cotidianas que podemos promover e diminuir as desigualdades, reforça Ribeiro (2019).

Nós temos que escovar a história a contrapelo, segundo Benjamin (1985), nos aprofundar em outros tempos e espaços que a história “oficial” e eurocentrada não nos permite ver. As construções de autoria indígena e afro-brasileira devem estar presentes dentro desses processos de educação e formação de professores para que possamos aprender e compreender as leituras de mundos que se tem sobre seus próprios conhecimentos. Sendo assim, o ensino de História deve incentivar a valorização das narrativas, das memórias e as diversidades étnicas, para construir uma relação de equidade nos quais foram negadas a populações indígenas e afro-brasileira. Isso requer ir além das experiências de foco eurocentrado e hegemônico que as instituições escolares e de ensino se pautaram.

Com a experiência e o diálogo entre literatura, ensino de História e relações etnicorraciais escolhemos, politicamente, a perspectiva antirracista para nos articular dentro da proposta de oficina intitulada: ‘oralituras indígenas’ para trabalhar e fazer valer a Lei 11.645/2008. Com isso, buscamos uma proposta a fim de trazer essas literaturas, histórias e processos históricos indígenas de forma didática para ampliar os conhecimentos sobre os povos indígenas e suas formas de conceber e transmitir os conhecimentos históricos, que estão para além dos conceitos estereotipados de histórias fictícias com mitos, lendas e a própria literatura. É preciso compreender e ir além das perspectivas colonialistas, para perceber que as histórias ensinam, trazem aspectos culturais e visões de mundo que perpassam o conhecimento da materialidade, adentram a espiritualidade e o mundo dos não humanos (natureza, animais e o cosmos).

Pautamos a relação da oficina na experiência da dissertação de mestrado e pesquisa de campo de Jéssica Lícia da Assumpção (2021), uma das autoras dessa proposta de trabalho, que pensa a história, a memória e os mitos Guarani a partir de uma experiência de professores indígenas em uma escola Guarani, localizada no município de Biguaçu-Santa Catarina. A pesquisa foi realizada na Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá, que fica na Terra Indígena M’buguaçu e contou com observação e participação das atividades de três professores Guarani de forma interdisciplinar. Todos os ensinamentos sobre a história e memória, os quais nós não indígenas conhecemos com mitos, vêm sendo trabalhados dentro dos espaços escolares indígenas, que são espaços interculturais, diferenciados, bilíngues e comunitários, e que têm como objetivo unir a educação escolar com a educação tradicional



indígena (educação que envolve os conhecimentos sobre a cultura, espiritualidade, costumes, cantos, danças) (ASSUMPÇÃO, 2021).

Outra experiência que pautou a realização da oficina, foi o trabalho com literatura e narrativas de autoria indígena, desenvolvida por Sil-Lena Ribeiro, professora de Língua Português Brasileira e pesquisadora das memórias das mestras do Carimbó paraense. No diálogo com o ensino de História, articulado às relações etnicorraciais, pensamos a primeira intervenção fundamentada na interculturalidade crítica e na pedagogia decolonial, as quais nos trazem outras formas de se pensar e se trabalhar na educação formal (WALSH, 2009). Portanto, articular nossas pesquisas contribui para entendermos a diversidade de percepções e como esses trabalhos se articulam em torno do propósito de construir para a construção de um espaço plural de conhecimentos, culturas diversas.

A oficina foi inicialmente proposta por Sil-Lena Ribeiro durante seu estágio de docência. Articulada às pesquisas do grupo Pameduc, especialmente aquelas dedicadas à cultura e história dos povos originários. Na ocasião, trabalhamos com livros de autoria indígena e não indígena que tratam da cultura e história indígena dentro da proposta de formas de oralizar, recontar a história lida e partilhada numa roda de leitura pelos participantes da oficina. Além disso, houve leitura de poemas da poeta e escritora indígena Marcia kambeba, um canto indígena Tupi-Guarani em que toda a turma foi convidada a cantar e experimentar a língua Tupi e um exercício de escuta sobre o objeto de memória que cada participante socializou trazendo de sua casa. A conexão entre estudantes também foi trabalhada a partir de objetos e histórias dos seus antepassados, para que a compreensão dessas histórias oralizadas partissem de suas experiências, abordando fotos e objetos de família, já que “A busca pela ancestralidade é uma forma de conexão do indivíduo com a sua comunidade e o tempo presente” (DANNEMANN, 2022, p. 3). E dessa maneira, compreendemos mais, afetivamente, o que é ancestralidade - tão rica e necessária para os povos indígenas como para os povos de matriz africana que, no entanto, tiveram suas origens, memórias e histórias negadas pelos processos de colonialismo. Assim experimentamos, na perspectiva decolonial, uma educação intercultural crítica e antirracista (WALSH, 2009).

Tivemos o cuidado e respeito para pensar a oficina, à turma de graduação em História, a partir da perspectiva de conhecimento dos estudantes, das suas experiências de vida e acadêmica para assim dialogar mais profundamente sobre o tema história e literatura indígena. No primeiro momento trabalhamos com a linguagem, a língua do tronco linguístico



tupi, com a cantiga: Acalanto Tupi de Andra Valladares e posteriormente com o poema “Índio eu não sou” da intelectual e ativista do povo Oméngua/Kambeba, Márcia Kambemba. O intuito dessa atividade foi mostrar essa representatividade das palavras e formas de se contar a história a partir da oralidade e perceber que a história é no plural, que são muitas e diversas. E faz parte desse universo do fazer-se professor/a, que viemos dialogar trazendo experiências e posposta práticas para se dialogar sobre o tema (PAIM, 2005).

Em seguida trabalhamos com histórias que traziam particularidades sobre os povos indígenas, a exemplo, utilizamos o livro: Vozes Ancestrais: Dez Contos indígenas de autoria de Daniel Munduruku (2016) e o Homem que roubava horas (MUNDURUKU; TOKITAKA, 2007), para se compreender o tempo não linear, as formas de narrar e o conhecimento sobre as histórias indígenas. Trabalhamos também com o livro: Gente visitada de noite (FERNANDES, 2017), que traz o contato entre a população indígena e africana dentro de uma perspectiva mais plural, contada por um narrador indígena. O objetivo foi articular e entrecruzar os olhares entre autores indígenas e não indígenas dentro dessas obras, para demonstrar a riqueza das histórias que se tem dentro de um livro de literatura. Sendo assim:

Muitas são as fontes para o reconhecimento desses saberes. Aqui destaca-se uma: a literatura oral e a escrita de autoria indígena. Por meio da literatura, é possível conectar-se com as nossas origens como povo e nos aproximar dessa “pele de imagem”<sup>6</sup> que ainda não habitamos (DANNEMANN, 2022, p. 3).

Esse trecho exemplifica toda essa questão que atravessa o ser indígena através dessa conexão com a sua origem e a sua subjetividade. As narrativas não são lineares, transitam entre o passado e o presente, mas que busca no tempo presente se ressignificar e re-aprender. É uma reflexão entre a historiografia, a história vivida e experienciada. Portanto, a literatura indígena é um movimento de resistência, onde se contrapõem as narrativas de história oficial, e adentra para novas ressignificações onde a oralidade se torna escrita e seus registros estão presentes nos desenhos e grafismos que as ilustrações os acompanham. O som da letra se torna a escrita das memórias ancestrais e históricas dos antigos (MUNDURUKU, 2022).

## **Considerações finais**

---

<sup>6</sup> Angela Dannemann traz o termo presente na obra Kopenawa, Dawi e Bruce, Albert. A queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 66.



Ao pensar em outras temporalidades e outras formas de se produzir vida, estamos sempre nos deparando com uma reflexão interna, a qual precisamos fazer para nos transformar diante de pensamentos, atos e construções histórico-sociais que nos foram impostas dentro de sistema pré estabelecido estruturalmente. Para quebrar essas barreiras é necessário enxergar de forma crítica as nossas ações e isso implica a contestação dos sistemas vigentes que oprimem, ditam o que é ou não o conhecimento aceitável em instituições de ensino, formas de economia e sociedade que são válidas. Portanto, o colonialismo nos acompanha e é necessário questionar e fazer o movimento de ação e transformação anticolonialista.

Portanto, é de suma importância que as nossas práticas pedagógicas e existenciais possam ser construídas numa perspectiva antirracista e decolonial para problematizar de maneira reflexiva o nosso lugar e estar no mundo, escolhendo a vida, todas as vidas. A partir dos nossos temas de pesquisa e articulações teóricas e metodológicas ainda pretendemos desenvolver outras oficinas no qual o Carimbó e a cultura paraense estejam presentes, assim como articular os conhecimentos afro-brasileiros e indígenas para dentro das propostas de formação de futuros professores/as de História, profissionais que possam incluir as diferenças e não excluir, porque somos soma e não subtração no ato de nos re-educar e educar.

## Referências

ASSUMPÇÃO, Jéssica Lícia da. **O ensino da história, dos mitos e das memórias do povo Guarani na Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 11. Maio/ago. 2013, pp. 89 – 117.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: \_\_\_\_\_. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-234.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, v. I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª Ed. Tradução Sérgio Paulo Ruanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL, **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, Ministério da Educação.



**BRASIL, Lei no 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, Ministério da Educação.

CANTINHO, Maria João. A teia de Penélope e o anel da tradição: cultura e rememoração na obra de Walter Benjamin. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 83-97, set./dez. 2015.

CÉSAIRE, Aimé. Aimé Césaire: "a cultura é tudo o que o homem inventou para tornar o mundo vivível e a morte afrontável". Entrevista concedida a Maryse Condé. **Revista de Cultura**. Fortaleza/ São Paulo – setembro/outubro, 2006.

COSTA, T. L. Carimbó e Brega: Indústria cultural e tradição na música popular do norte do Brasil. **Revista Estudos Amazônicos**. v. 6, n. 1, 2011, p. 149-177.

DANNEMANN, Angela. Introdução. In: MUNDURUKU, Daniel; KRENAK, Ailton, et al. (Orgs) . **Jenipapos: Dialogos sobre viver [livro eletrônico]**. Rio de Janeiro, RJ, Mina Comunicação e Arte, 2022.

FERNANDES, Susana Maria. **Gente vestida de noite**. Abacatte: Belo Horizonte, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. Literatura Indígena: Vozes ancestrais em novas plataformas. In: MUNDURUKU, Daniel; KRENAK, Ailton, et al. (Orgs) . **Jenipapos: Dialogos sobre viver [livro eletrônico]**. Rio de Janeiro, RJ, Mina Comunicação e Arte, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes Ancestrais: Dez contos indígenas**. São Paulo: FDT, 2016.

MUNDURUKU, Daniel; TOKITAKA, Janaina. **O homem que roubava horas**. Brinque-Book: São Paulo, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**(Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUC-SP), São Paulo, v.10, 1993.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

PINHEIRO, Barbará Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTANA, Giovanna. **Fazer-se professor de História em cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Diálogos sobre racismo e antirracismo**. Fósforo Editor: São Paulo, 2023

SEFFNER, Fernando. PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **História Hoje**, v. 7, n.13, jan. 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 155-172.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera M. (org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.